

LITERATURA EM LÍNGUA(S) PORTUGUESA(S): HETERÔNIMOS DA PANTONOMIA

Celestino Sachet

Professor de Literatura Brasileira, UFSC

“Será literatura portuguesa tudo o que é escrito em português?” - Eduíno Borges Garcia, escritor açoriano contemporâneo¹.

...
“Existe uma literatura latino-americana? Não me faça rir. Não existe nem mesmo uma literatura brasileira, como semelhança de estrutura, caracterização, ou lá o que seja. Existem pessoas escrevendo na mesma língua, em português, o que já é muito. Eu nada tenho com Guimarães Rosa.”- Rubem Fonseca, escritor brasileiro contemporâneo².

Introdução

Falar de “heterônimos” - aliás, “heterónimos” - é dizer Fernando Pessoa; é proclamar os Fernandos Pessoa que se prolongam, pelo menos, na trindade: Alberto Caieiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos.

Uma heteronímia anterior, a partir de meados do século XI, parece vicejar e florescer na Península Ibérica; primeiro, com a Lengua Castellana a somar os demais falares da Espanha - vascuense, catalão, valenciano, asturiano -; depois, a partir do século XV, com a Língua Portuguesa navegando mar adentro para se tornar o Português do Brasil e a Língua Oficial de cada um dos cinco países africanos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé-Príncipe. E que dizer das sete literaturas produzidas em língua(s) portuguesa(s)?

Que o heterônimo “Português do Brasil” não é o “português de Portugal” que o proclamem os múltiplos e (inúteis) acordos ortográficos, jurados e traídos nos últimos cinquenta anos!

Portugueses, brasileiros e povos africanos admiram, aplaudem e assumem os múltiplos Fernandos Pessoa mas começam a defender, também, a heteronímia da Língua Portuguesa em trânsito e a autonomia das literaturas geradas nas outras bandas do Mar Atlântico, já menos portuguesas.

1. A arte de ser português e a política de virar brasileiro

Meio subvertendo a ordem dos fatores e dos feitos - que não chegam a alterar o produto - comecemos com Portugal na “arte de ser Português”, expressão-título de uma obra de Teixeira de Pascoaes.

“Ser português é também uma arte, e uma arte de grande alcance nacional e, por isto, bem digna de cultura”³.

Fernando Pessoa, na obra *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional*, descobre haver “três espécies de Portugal, dentro do mesmo Portugal” e, por conseguinte, haver três espécies de portugueses: o “português típico que forma o fundo da nação”; “o português que não o é” porque governa o país sentindo-se parisiense e moderno e o português que fez as Descobertas e criou a civilização moderna⁴.

José de Almada Negreiros, no primeiro volume dos *Ensaio*s, vai em outra direção para encontrar “individualidade e universalidade do português”.

“O português tem uma acessibilidade melhor dos sentimentos universais do que qualquer outro povo da terra (...). Esta acessibilidade do universal é historicamente portuguesa (...). Se o sentimento do universal é organicamente português, como há-de cada português estabelecer a ligação entre o seu caso presente e o mundo futuro, senão por universalidade pura, ou por outras palavras, por autêntica poesia, por franca, generosa e universal poesia, seja qual for o aspecto da atividade particular a cada qual?”⁵

A Nação Portuguesa encontra-se, por esta razão, fragmentada em duas direções: para dentro das fronteiras, rumo ao Centro, na sístole da

unificação política; rumo à Periferia, para fora do Tejo, na diástole da diversificação cultural.

Antônio José Saraiva, ao estudar “algumas feições persistentes da personalidade cultural portuguesa”, dá ênfase à sistole da unificação política de vez que “Portugal é um país monolítico” porque não separa os “blocos de composição diferente”.

“A existência da nação nunca perigou por oposições das regiões entre si. Já no tempo de Fernão Lopes se dizia que para onde vai Lisboa vai todo o reino”⁶.

Na “Arte de ser Português”, Teixeira de Pascoaes descobre, ainda, que “a Pátria é um ser *espiritual*”.

“O português não quer interpretar o mundo nem a vida; contenta-se em vivê-la exteriormente.”

Isto significa - e recorre-se a Fernando Pessoa - haver “diversificação do indivíduo dentro de si mesmo” numa capacidade de “outrar” porque “o bom português é várias pessoas”, e é capaz capaz de se diferenciar, de multiplicar-se, de heteronimizar-se⁷.

Em síntese: para entender Portugal é preciso navegar por mares ainda pouco navegados. É preciso molhar-se nas águas da pantonomia-sístole e da autonomia-diástole. Nas terras do Fragmento e do Todo vicejam as máguas da Presença e as águas da Ausência. Nos ares de Fernando Pessoa sobem os incensos das aras de Luís Vaz de Camões.

Filosofias à parte, no caso específico da Lusocultura - que, nas águas da nossa História, melhor fora pantonomizá-la como *Lusologia* - filosofia à parte, é possível que a História Política de Portugal intra-fronteiras deite as luzes e acorde algumas cruces para refletir de que maneira nos Anos Vinte do Século Passado, o Brasileiro é Português e como o Português se tornou Brasileiro.

Tal qual Brás Cubas, no célebre “delírio”, embarcados no hipopótamo de Machado de Assis, sigamos uma viagem-retorno, não à “origem dos séculos”, mas à gênese da nova Pantonomia Lusa quando, já em estado de Fragmento, não se dá conta de que a soma das partes tornou-se maior que o Todo.

A Constituição Liberal Portuguesa de 23 de setembro de 1822, saída da Revolta do Porto de 1820, fixa no seu art. 20, escrito com a colaboração de deputados “brasileiros”:

“A Nação é a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios. O seu território forma o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”.

Ora, nesse mesmo 1822 da Proclamação pantonômica de um Todo Português distribuído pelos dois lados heteronímicos do Atlântico, naquele mesmo 23 de setembro, o “Reino Unido do Brasil”, já separado, há mais de duas semanas, ainda festeja a *sua* autonomia-independência do Sete de Setembro.

Em 25 de março de 1824, brota a desforra do Império Brasileiro, já em plena “Autonomia”. Ao proclamar a primeira Constituição Política do Império, “Pedro Primeiro, por graça de Deus”, filho de João, o VI dos Portugueses *et pour cause*, também de todos os Brasileiros, o *nosso* Pedro Português jura assumir-se como “Defensor Perpétuo do Brasil”. Mas, humor prometeico: ao regressar a Lisboa, curtos anos mais tarde, o Primeiro Pedro do Brasil, acaba transubstanciado no Pedro IV, a massacrar portugueses nas guerras contra o irmão Miguel, pela posse do Trono.

A primeira Constituição do Brasil, dois anos passados da Constituição Portuguesa, enfrenta a Pantonomia Lusa que aportuguesara brasileiros, já independentes, e instaura a brasileiridade dos portugueses residentes no Brasil, quando determina serem brasileiros

“todos os nascidos em Portugal e suas Possessões que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência na Província onde habitavam, aderiram a esta, expressa, ou tacitamente, pela continuação da sua residência”.

Em 23 de setembro de 1822 são Portugueses os já Brasileiros; em 25 de março de 1824, são Brasileiros os ainda Portugueses! Maravilhas da Pantonomia Portuguesa e da Autonomia Brasileira! Maravilhas dos heterônimos de outros Fernandos!

2. A autonomia da América na pantonomia da Europa

José Ortega y Gasset, no curso “Que é Filosofia”, ministrado na Universidade de Madrid, em fevereiro de 1929, na lição V, define Filosofia como “o esforço intelectual por excelência” em oposição às outras ciências que “conservam um resto de practivismo”.

“Filosofia é conhecimento do Universo ou de tudo quanto há (...). Isto implica para o filósofo a obrigação de formular-se um problema absoluto, isto é, de não partir tranqüilamente de crenças prévias, de não dar nada por sabido antecipadamente (...). Esta situação do filósofo, que vai presa a seu extremo heroísmo intelectual (...) impõe a seu pensamento o que chamo de *autonomia*.”

Para o professor de Madrid, autonomia é um “princípio metódico” que alimenta “a renúncia a apoiar-se em nada anterior à própria filosofia que se vai fazendo e o compromisso de não partir de verdades supostas”; autonomia é um sistema de verdades que se construiu sem admitir como fundamento dele nenhuma verdade “que se dê por provada fora desse sistema”.

Este Gênesis filosófico, independente das trevas pré-existentes e das vozes divinas e instaurarem o “Fiat”; este criar do Nada, leva o filósofo a debruçar-se sobre umas pouquíssimas “verdades primeiras”. Delas, nem mesmo por hipótese, cabe duvidar, pois, se “provam e comprovam a si mesmas”.

“Esse ponto ou pontos mínimos de verdade rigorosa têm que ser elasticamente dilatados até aprisionar tudo quanto há (...)

É o universalismo, o afã intelectual para o Todo; é a *pantonomia* (...) ou a lei da *totalidade*.”⁸

Autonomia e pantonomia percorrem dois universos de conceitos, os quais, nas duas pontas, se contradizem, não se contradizendo; aquela é o Fragmento que se multiplica no Outro; esta, o Todo que se fotocopia no Fragmento; pela autonomia, o “estar” torna-se um novo “ser”; pela

pantonomia, o *ser* explode no *estar*; a autonomia é o *Eu*; a pantonomia, o *Nós*; uma admite o *Erro*; a outra exige a *Certeza*; uma é a voz de Dionísio a sambar em compasso de “fora o Centro”; a outra, o contraponto da sinfonia, Eco-já-Apolo, em compasso cadenciado de marcha militar, “rumo ao Centro”.

A expressão “Literaturas em Língua Portuguesa” contém os dois termos de Ortega y Gasset, desculpada a brasílica ousadia de buscar em um filósofo de Espanha pressupostos teóricos para resolver um problema de Lusitanidade. Na expressão “Literaturas em Língua Portuguesa”, concentrados jazem os dois termos do autor de *A rebelião das massas: autonomia/diástole/diversificação das Literaturas e pantonomia/sístole/unificação da Língua*.

Poderia ser, ainda, “Literatura das Línguas Portuguesas”, com o primeiro termo englobando o universo da pantonomia, sístole luslada e o segundo, pervadindo os fragmentos da lusofonia espalhados pelos sete mares de três continentes. E estou a lembrar, agora, que na primeira página, do jornal de Lisboa, *Europeu*, em 5 de março de 1989, quando da apresentação, pela Rádio-Televisão-Portuguesa, do filme *Grande Sertão: Veredas*, a manchete alertava: “Novela brasileira com legendas para português entender”, pelo menos, “nos momentos em que o sotaque dos actores se torna mais cerrado”.

A autonomia-heterônimo da Cultura Brasileira rompe a pantonomia-unificadora da Língua Portuguesa!

...

A “descoberta que o *Eu* faz do *Outro*”, para utilizar uma expressão de Tzvetan Todorov, instala-se na própria carta de Pero Vaz de Caminha quando é comunicado ao Rei “o achamento desta vossa terra nova”. É uma terra européia - “vossa terra” - mas incorporada nela uma alteridade americana, uma “terra nova”.

Para o autor de *A conquista da América*,

“É possível descobrir os outros em si mesmo, verificar que não somos uma substância homogênea, radicalmente estranha a tudo quanto não é o próprio eu: o eu é também um outro”⁹.

O sentimento de que a Nacionalidade, a Língua e a Literatura que se fixam nas terras colonizadas - ou conquistadas, não vem o caso - o sentimento de que o estar, o falar e o escrever já não se fotocopiam no

prolongamento pantonômico da visão do mundo que se cultiva (e que se impõe, “manu militari”) desde a Metrópole, este sentimento explode de repente, esbofeteado por um critério muito mais filosófico-político-jurídico e menos, quase nada, semântico-estético-literário. A autonomia/transforma-se em Independência; e “Independência ou Morte” é o Logos instaurador de um novo Cosmos que o filho do Rei de Portugal planta às margens do Ipiranga, num Sete de Setembro que não é qualquer sete e, muito menos, mais um outro setembro.

Numa conferência pronunciada em Buenos Aires, em 1939, Ortega y Gasset, seguindo a doutrina do “eu sou eu e minhas circunstâncias” e o pensamento de Heidegger de que “viver é encontrar-se no mundo” ou, ainda, o “viver é constantemente decidir o que seremos”, Ortega y Gasset lança a hipótese de que, na América, os conquistadores ibéricos são “os primeiros conquistados”. Na disputa da diástole europeia pelo Espaço e pelo Tempo americanos, o índio indigeniza o branco, autonomiza a América, heteronimiza a nossa Literatura ainda que escrita na língua da Europa.

A hipótese é reconhecida e demonstrada por Claude Levi-Strauss em *Raça e história*:

“Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a descoberta da América, enquanto os espanhóis enviavam comissões de investigação para indagar se os indígenas possuíam ou não alma, estes últimos dedicavam-se a afogar os brancos feitos prisioneiros para verificarem, através de uma vigilância prolongada se o cadaver daqueles estava, ou não, sujeito à putrefação”¹⁰.

3. Heterônimos da pantonomia brasileira

A autonomia e a pantonomia da Literatura Brasileira é problema mais complexo, ainda que mais recente. Desde começos do século passado, a nossa produção intelectual conta com impulsos heteronímicos dentro da pantonomia lusfada e, nos tempos modernos, na própria Unidade Brasileira.

Em 1805, Friedrich Bouterweck, no livro *História da poesia e da eloquência portuguesa*, identifica no poeta Cláudio Manuel da Costa um dos primeiros poetas “a introduzir um estilo mais nobre na poesia portuguesa”. “Mais nobre”: leia-se “com mais autonomia” - após a decadência experimentada sob o Domínio Espanhol. Ele é, ainda, “o primeiro poeta português a tentar aproximar-se do estilo francês”.

Com “o primeiro poeta português”, vencendo fora de Portugal, está percebida, por um crítico estrangeiro, uma oxigenação no corpo das Lusas Literaturas; a diástole da autonomia produziu outro tipo de Beleza! E proclamada pela França!

Simone de Sismondi, no *De la littérature du Midi de l'Europe*, estende o Midi até o Atlântico Sul Português e define que, desde o século XVIII, as colônias portuguesas já haviam acrescentado “alguns poetas ao número dos que haviam nascido na antiga Lusitânia”. Inclui entre estes novos lusitanos André Nunes da Silva, Cláudio Manuel da Costa e Manuel Inácio Alvarenga. Na poética dos três portugueses da América, o autor francês se questiona se não estariam próximos os tempos em que o Brasil viesse a produzir “dignos sucessores de Camões”. Isto, em 1812!

Ferdinand Denis, no *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal et du Brésil*, 1826, organiza um “quadro sumário da literatura no Brasil” no qual dá relevo a Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Tomás Antônio Gonzaga e, deles, transcreve trechos de seus poemas.

Uma tentativa de re-estabelecer a presença da pantonomia entre as literaturas em Língua Portuguesa que, ao longo do século XIX, realizam os dois lados do Atlântico Lusitano, brota, às claras, no *Curso elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, publicado em 1862.

Por “Literatura Nacional” o piedoso pastor engloba as duas literaturas, distribuídas dentro de seis épocas: Infância, 1140-1279; Adolescência, 1279-1495; Virilidade, 1495-1580; Velhice, ou Idade de Ferro, 1580-1750; Renascimento, ou Idade de Prata, 1750-1826 e Reforma, ou Escola Brasilíco-romântica, a partir de 1826. Assim, os brasileiros Manoel Botelho de Oliveira e Gregório de Matos, na pantonomia portuguesa, escrevem dentro da “Velhice” da expansão lusíada e não, pelo menos, dentro da “Infância” da autonomia brasileira.

Passada uma década, o mesmo Fernandes Pinheiro, ao publicar o *Resumo de História Literária* rompe a pantonomia europeia e instala a autonomia brasileira ao descobrir três períodos para a nossa Literatura: Formação, Desenvolvimento, Reforma.

Esta caminhada triangular de uma evolução, aberta com a “Infância” - até meados do século XVIII; seguida de uma “Adolescência” - até o Romantismo - e de uma “Virilidade” - a partir do Romantismo dos meados do século XIX, será mantida pelos historiadores e críticos: Sílvio Romero, João Ribeiro e Sílvio Romero; Coelho Netto, Ronald de Carvalho; Arthur Motta; Jorge Abreu; Afrânio Peixoto; Mário R. Martins.

Um outro percurso, dentro da concepção heteronímica, e adotando critérios, mais políticos e menos estético-literários, é realizado pelos

críticos que preferem proclamar uma “Literatura Colonial”, até o Romantismo, e uma “Literatura Nacional”, autonômica a partir dele: Melo Moraes Filho; José Veríssimo; José Osório de Oliveira; Otto Maria Carpeaux; Clóvis Monteiro; Antônio Soares Amora; Néelson Werneck Sodré; Alfredo Bosi.

Com a chegada da Modernidade, o estudo da presença pantonômica de Portugal e da autonomia das atividades lingüístico-culturais do Brasileiro, saído da Árvore Portuguesa, mas plantado, agora, nos quatro cantos de um outro País, esse estudo-análise-avaliação consegue munir-se de critérios, de princípios e de métodos fora dos manuais do pensamento pantonômico europeu.

Não só as estratégias da análise como da criação literária levam em conta que na História dos Descobrimentos e na Memória dos Encobrimentos não está apenas *um* Portugal, presente sob as mesmas espécies, nos dois lados do Atlântico. A heteronímia do Português cresce e viceja sempre que os desejos de sangue do Fragmento se misturam com o Sangue do Desejo do Todo.

No Modernismo dos Anos Vinte, Oswald de Andrade dedica especial tratamento a uma “leitura brasileira” da carta de Pero Vaz de Caminha e, nela, desvenda elementos estéticos e temáticos fundamentais para a instauração e para a proclamação de uma brasilidade evidente da nossa Literatura. Elevada, agora, ao estatuto de uma especificidade própria e autonômica (finalmente!) ainda que vestida no heterônimo da mesma Língua Portuguesa.

Com o suporte da paródia e da paráfrase o Autor do *Manifesto de Poesia Pau-Brasil*, 1924, de *Pau Brasil*, poemas, 1925; de *Primeiro caderno de poesia do aluno Oswald de Andrade*, 1927 e do *Manifesto Antropófago*, 1928, o autor da frase-programa “precisamos rever tudo” desvela, no discurso ideológico do escrivão da Armada, as bases da Utopia de uma Nação que encontra, no Anátoma da Carta, o grito instaurador de um Sistema Literário Autonômico.

No primeiro manifesto, publicado no *Correio da Manhã*, Oswald de Andrade define uma Poética que deve brotar dos fatos da Terra Pindorama Nativa e florescer nos atos do Espírito-do-Occidente-Transplantado:

“os casebres de açafraão e de ocre nos verdes da Favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos”.

A Primeira Missa do Sistema, com a Voz do Sagrado tomando

posse da Terra, é substituída, agora, pelo “Carnaval no Rio, (...) acontecimento religioso da raça”. Wagner tem que submergir ante os cordões da Carnavaldade; Camões deve ceder espaço à “língua sem arcaísmos, sem erudição”. Natural e neológica, com a contribuição milionária de todos os erros. “Como falamos. Como somos.”

Nobilitado o conceito, - bárbaro e nosso - contente-se a Pantonomia Portuguesa com a História-já-acontecida: “fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens”.

O Manifesto de 1924 garante a Instauração da Utopia do novo sistema ao sacralizar o Anátema do Não-Entendimento.

“O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica. A reação contra todas as indigestões de sabedoria. (...) Apenas brasileiros de nossa época. (...) Sem pesquisa etimológica. Sem ontologia.”

Embebido no Texto-Proposta - “ver com olhos livres” no “contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica” - Oswald de Andrade realiza, com o seu Discurso-Devoração, um Logos genético que o Sistema Pantonômico da Carta e dos Anos de “inquisições exteriores” que lhe seguiram teimam em não aceitar: o Outro é já um Não-Eu, como no poema *3 de maio*, do mesmo Oswald de Andrade.

Aprendi com meu filho de dez anos
Que a poesia é a descoberta
Das coisas que eu nunca vi.

No longo *Manifesto Antropófago*, de 1928, a Pantonomia descobre-se diante de uma História Nova: não o Brasil da (“vossa”) História do Brasil mas a História (nossa) que é da Pindorama, numa Festa em que Shakespeare, colocado sobre a cabeça “um sombreiro de penas de ave compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio”, grita:

“Tupy or not tupy, that is the question”.

A paródia à Pantonomia do Espírito do Ocidente assume um

novo cosmos da Devoração do Outro na Transubstanciação do Eu.

Para Maria de Lourdes Eleutério: “parodiar é avessar o mundo”. Não falando o discurso pantonomizado - o do Poder - a paródia penetra nele, usa-o e o destrói, dialogando com ele. É um contra-discurso da História; é a sua descostura. Nisto a paródia reafirma o objeto que desfaz, porque, negando-se, recria-o. É o dialogismo: a presença-negação do Outro no discurso negação-presença do Eu¹¹.

...

Um Outro, já não mais Eu, fora percebido por Araripe Júnior quando, final do século passado, garante haver uma ação desagregadora, exercida pela nova terra sobre a psicose do colono. E, citando Buckle, o crítico defende que

“nas civilizações exteriores à Europa, a Natureza conspira para aumentar a influência das faculdades imaginativas e enfraquecer a razão”¹².

O professor Afrânico Coutinho, no começo da década dos Anos Sessenta, comungando a tese da “obnubilização brasílica” de Araripe Júnior, toma como pressuposto de reflexão a *brasilidade* da nova literatura “ab ovo”, lá nas bases heteronímicas das terras e das gentes, embrasileiradas desde a abertura do século XVI. E, por isso, desde as primeiras manifestações porque, desde o primeiro momento do colono português, ocorre uma transformação da mentalidade dos novos habitantes, “tudo provocado pela nova situação histórica e geográfica”. E, assim, a origem da Literatura Brasileira se efetua em pleno período do Barroco Europeu. Nossa literatura nunca sofreu o estigma do heterônimo *colonial*. Nas suas origens, ela é, apenas, barroca¹³.

Nada preocupado com as origens, o gaúcho Vianna Moog, em 1942, descobre, não uma pantonomia mas *sete* literaturas brasileiras, com a marca autonômica - ou seria com o estigma da diástole? - com a força da regionalidade, numa quase republicação das teorias de Taine, e com a presença da heteronímia local pela fragmentação da Pantonomia Nacional Brasileira.

O autor de *Um rio imita o Reno* sente a necessidade de novas hipóteses para demonstrar, não a autonomia da Literatura Brasileira em relação a Portugal, mas a autonomia das próprias literaturas brasileiras “ab se”.

“Fragmente-se o Brasil em regiões onde predominem o mesmo clima, a mesma geografia, as mesmas formas de produção e onde esses fatores se conjuguem numa certa uniformidade e pode-se ter a certeza de que se há de encontrar um núcleo cultural homogêneo e definido, formando como que uma unidade à parte no conjunto da literatura brasileira.”¹⁴

E porque o Brasil é um arquipélago, é possível navegar por sete literaturas brasileiras, mais ou menos diferenciadas:

- a Amazônia, com os valores telúricos;
- o Nordeste, com a tendência social;
- a Bahia, com o eruditismo;
- Minas, com a supervalorização da cultura;
- São Paulo, com o bandeirantismo;
- Rio Grande do Sul, com o “cenário virgiliano de pastores e de rebanhos”;

- Rio de Janeiro, com “seu poder de temperar e corrigir culturas”.

Estes sete núcleos seriam as sete chaves da pantonomia da Cultura Brasileira nos sete heterônimos da Literatura. Na posição de uma Literatura Brasileira multiplicada por sete virtudes - ou por sete pecados? - mestre Antonio Candido descobre um novo caminho para uma outra pantonomia: a Super-regionalidade.

O autor da obra *Formação da Literatura Brasileira*, no quase final da Década dos Oitenta torna bem mais rigoroso o longo parto da Brasilidade Autônômica de nossas letras. Em *A educação pela noite e outros ensaios*, ele nos manda encarar serenamente “o nosso vínculo placentário com as literaturas européias” pois ela, a placenta, “não é uma opção, mas um fato quase natural”.

“Jamais criamos quadros originais de expressão, nem técnicas expressivas básicas (...). E, embora tenhamos conseguido resultados originais no plano da realização expressiva, reconhecemos implicitamente a dependência.”¹⁵

Para o mestre paulista, mesmo o Modernismo Brasileiro de 1922 não marca nossa “maioridade literária” pois ele é “mais verdadeiro como fato psicossocial do que como realidade estética”.

Antonio Candido admite, por conseguinte, que a Literatura Brasileira, enquanto Filosofia e/ou enquanto Sociologia existe, mas não reexiste

como “realidade estética”, porque Literatura é, fundamentalmente, Realidade Estética. Nada de heterônimos: sequer existe o Fernando Pessoa da Literatura Brasileira!

E se multiplicarmos a idéia de Manuel Pedro González, crítico venezuelano, para quem o verdadeiro escritor latino-americano é aquele que “não apenas vive em sua terra, mas explora o seu temário característico e exprime, sem dependência estética, os seus traços peculiares”¹⁶, se multiplicarmos esse pensamento de Manuel Pedro González com o desejo do autonomismo estético de Antonio Candido, a conclusão a cimentar é a de que não existe uma literatura que seja *Brasileira* no seu universo formal, temático e estético. Existiria, isto sim, uma literatura super-regional, com a Amazônia de Vianna Moog entrando pela Colômbia, pelo Peru e pelo Equador, e com a gauchesca, no seu “cenário virgiliano de pastores e de rebanhos” comendo “churrascos la plancha”, em Montevideo, ou dançando tangos na Boca, em Buenos Aires.

4. Caliban é o novo Ariel

Com a Autonomia-Independência dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP - o “meridiano zero” de um Tempo Novo, entre o Centro que pantonomiza e a Periferia que individualiza os heterônimos, rompe-se o Mar Vermelho e deixa passar o Escravo para destruir o Senhor.

O crítico literário português Amândio César, autor, entre outros, dos livros *Parágrafos de literatura ultramarina*, 1967 e *Novos parágrafos de literatura ultramarina*, 1971, neles estuda a “Temática africana na moderna literatura portuguesa” e a “temática ultramarina no quadro geral da literatura portuguesa”.

A tônica das duas obras é a de que, nas terras da África, a partir da segunda metade do século passado, existe uma explosão de obras e de autores. Mas os cinco povos que produzem a *sua* literatura, como integram as Províncias Ultramarinas - “território português da África” -, realizam a *mesma* Literatura Portuguesa, sem heterônimos, já que eles são portugueses, apenas, separados pelo Mar.

Mas o crítico não deixa de permear os títulos dos ensaios com expressões que, seguramente, escapam à Censura, pelo “discurso encoberto” com que vêm animadas: “poesia de temática caboverdiana”; “poeta caboverdiano”; “poeta santomense”; “lírica angolana”; “a jovem cultura moçambicana”; “poesia africana”; “ficção caboverdiana”; “conto

santomense”.

A Autonomia da Cultura enfrenta a Pantonomia da Política na própria Lisboa centrívora de Fernão Lopes. A diástole do negro invade a sístole do Branco! Caliban transforma-se em Ariel!

Ainda que os adjetivos africanizantes possam ser tomados e, provavelmente, foram tomados, como designadores de um espaço na Geografia ou de um tempo da História de Portugal além-fronteiras europeias, para os povos das Cinco Nações Africanas, as palavras estavam sendo lidas como a autonomia de *sua* Cultura na diástole de um sangue a correr os caminhos de uma oxigenação, cada vez mais revigorada. É o “discurso oculto” de que fala Manuel Ferreira, na edição fac-similada, pelos Cinquenta Anos, da revista *Claridade*, publicada em Cabo Verde, nos tempos áureos de Salazar, entre março de 1936 e dezembro de 1966.

E nas cinco literaturas de expressão portuguesa “em terras d’África” (como dizem os portugueses!), qual autonomia? quanta pantonomia?

É difícil uma análise das conseqüências da presença da diástole lusiada na África se aplicados os mesmos tempos e os mesmos templos da expansão cultural pelas terras da América. É por esta razão que Maria Aparecida Santilli diz:

“os portugueses iniciaram a rota da África no século XV, mas, apesar de medidas isoladas anteriores por parte da Metrópole, na área do ensino, só a partir do século XIX é que sua influência se fez sentir ponderavelmente”¹⁷.

Manuel Ferreira, ao publicar *Literaturas africanas de expressão portuguesa* não perde tempo com o heterônimo “Literatura Colonial”, como os brasileiros: não porque não tenha havido a manifestação mas porque ela é Portuguesa até meados do século XIX. Na sua preocupação, o ilustre crítico português vai direto para a segunda metade daquele século, a descobrir o “Sentimento Nacional”. Debruçado sobre este século XX, Manuel Ferreira descobre-o pleno do que ele chama “Consciência Nacional”.

Para o longo prefácio, quase 100 páginas, que abre a edição fac-similada dos nove números da revista caboverdiana *Claridade*, Manuel Ferreira identifica o brotar do Sentimento Nacional Autônômico naquelas ilhas do Atlântico, - válido para todas as nações ultramarinas, - sentimento que se esconde no “discurso oculto”, na “parte desconhecida do subtexto

cultural e literário”, no “discurso da ambigüidade”, no “mito lusitano da superpátria imperial”, na “cissiparidade pátrida”, nos “indícios de um outro discurso, o contradiscurso”. E que se proclama pela “metáfora do desassossego interior”, como neste poema de Jorge Barbosa, publicado em 1931:

“Decorre o meu viver num desassossegado
 Percurso, num febril, num doido tumultuar
 - Porque trago no peito um passarinho fechado
 Que não posso matar, que não posso soltar”¹⁸.

Essa “consciência nacional” das literaturas africanas, para Manuel Ferreira, vai instaurando:

- a verificação de que a terra e os homens são dominados por estranhos;
- o direito de si próprio;
- o momento poético da agressividade;
- a ascensão de uma esperança na fé imparável da mudança que traz consigo o ímpeto telúrico e a lucidez histórica;
- o modo como a língua, modelando novas linguagens, leva a novas expressões e a novos conteúdos;
- os modos quotidianos ou universais de entender o mundo;
- a visão nova trazida por gente nova que produz significados novos através de uma linguagem nova.

Em resumo: autonomia, autonomia, autonomia; autonomia da Linguagem Africana na pantonomia da Língua Portuguesa; diástole do “estar africano” no modo-pessoal-de-falar das sístoles do *dizer* “em português”.

A pantonomia européia de Ariel é vencida pela autonomia africana de Caliban. O pequeno “alegre espírito bom” cumpre as ordens de Próspero, o nobre europeu, e martiriza Caliban porque, em seu aspecto muito menos de humano do que macaco, (...) “era preguiçoso e negligenciava o serviço”. Ariel retorna à Europa branca enquanto o negro Caliban transubstancia-se no “alegre e pequeno espírito bom” que não cumpre mais ordens de ninguém, porque está em sua casa: a África¹⁹.

Conclusão

O mundo das comunicações eletrônicas torna universal e pantonômica a nossa casa e faz da nossa rua o mundo do Todo. Esse mundo está a dizer-nos que, mais do que falar-se em autonomia deste ou daquele pedaço de Cultura, deste ou daquele pedaço de terras ou de gentes, deste ou

daquele fraccionamento das Literaturas de nossa Portuguesa Língua, o Mundo de Hoje está a sugerir que a análise da nossa Cultura não se atenha a critérios exclusivos de uma pantonomia estética europeia - Ariel - baseada, apenas, na Arte da palavra que obedece mas que se detenha em uma autonomia Caliban que desobedeça. Alimentará, assim, uma práxis capaz de elaborar heterónimos para nominalizar a europeidade lusíada de Portugal, dos Açores, da Madeira e, até, da Gálcia; a latinoamericanidade do Brasil e por que não? das Bahamas, dos Estados Unidos, do Canadá, das Bermudas; a africanidade de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de São Tomé-Príncipe; a asiaticidade de Macau e de Timor Leste.

Camões, mais uma vez. E para terminar:

"Ó gente ousada, mais que quantas
No mundo, cometeram grandes causas."
Canto V, est.41.

"Na quarta parte nova os campos ara;
E, se mais mundo houvera, lá chegara."
Canto VII, est. 14.

BIBLIOGRAFIA E NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GARCIA, Edufno Borges. "Por uma autêntica literatura açoriana". In: ALMEIDA, Onésimo Teotónio. *A questão da literatura açoriana*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983. p.46.
2. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 1987. p.201.
3. PASCOAES, Teixeira de. "Arte de ser português". In: MOURÃO-FERREIRA, David. *Boletim Cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, VII série, n.1, p.7, fev. 1990.
4. PESSOA, Fernando. "Três espécies de Português". In: MOURÃO-FERREIRA, David. Op.cit., p.13.
5. NEGREIROS, José de Almada. "Individualidade e universalidade do Português". In: MOURÃO-FERREIRA, David. Op.cit., p.18.
6. SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal, teoria e história*. Livro I. Introdução geral. Lisboa: Livr. Bertrand, 1981. p.84.
7. PESSOA, Fernando. "Carta a Adolfo Casais Monteiro sobre a gênese dos heterónimos". In: *Páginas de doutrina estética*. Lisboa, 1946. p.266-267.
8. ORTEGA Y GASSET, José. *Que é Filosofia?*. São Paulo: Livro Ibero Americano, 1984. p.79-81.
9. TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. Lisboa: Ed. Litoral, 1990. p.11.

10. LEVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. 3.ed. Lisboa: Ed. Presença, 1980. p.22.
11. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Oswald. Itinerário de um homem sem profissão*. Campinas: Ed. da Universidade Estadual, 1989. p.107.
12. CASA DE RUI BARBOSA (org.). *Obra crítica de Araripe Júnior*. V. 1, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa / Brasília: MEC, 1958. p.491-497.
13. COUTINHO, Afrânio. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livr. Acadêmica, 1969. p.11 e 24.
14. MOOG, Clodomir Vianna. "Uma interpretação da Literatura Brasileira". In: *Obras completas de Vianna Moog*, V. X, Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1966. p.109.
15. CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 1987. p.151.
16. _____. Op.cit., p.156.
17. SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias africanas. História e Antologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1985. p.9.
18. FERREIRA, Manuel. "O fulgor e a esperança de uma nova idade". In: *Claridade, revista de letras e artes*, ed. fac-similada. 2.ed. Lisboa: Ed. ALAC, 1986. p.XIX-XCIX.
19. LAMB, Charles et Mary. "A tempestade". In: *Shakespeare em contos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959. p.4-5.